

A LAVOURA TRITÍCOLA GAÚCHA: 1930 — 1937.

1 — INTRODUÇÃO

*Telmo Moure **

A Revolução de 30 acarretou mudanças significativas na sociedade brasileira. Fique claro, no entanto, que esteve distanciada de transformações estruturais como a terminologia propõe. Ateve-se, unicamente num caráter reformista, redefinindo posições de dominação e abrindo espaços a novos setores da classe dominante. Particularizando esta realidade nacional, as diferentes regiões procuravam reestruturar suas composições de forças.

Nestas especificidades regionais, o Rio Grande do Sul procurava solucionar seus entraves proporcionados por uma pecuária extensiva associada a uma charqueada debilitada e a uma indústria frigorífica alienígena. Reduzida a renda do setor pecuarista, ao longo das últimas décadas, fazia-se necessário buscar outras formas de capitalização. Para tanto, a região colonial já vinha apresentando uma expansão significativa, onde a comercialização viabilizou a acumulação de capitais, que passaram a ser aplicados numa industrialização de matérias-primas provenientes da zona colonial. A renda, apesar de não equilibrar a do setor pecuarista, ao menos aliviava a crise geral do Rio Grande do Sul.

No entanto, esta indústria incipiente necessitava de maior fornecimento de matérias-primas, a fim de capacitar sua expansão. Por isto, nos anos que antecedem e sucedem a Revolução de 30, o debate tomou conta da realidade gaúcha. Exemplos característicos foram o arroz, milho, trigo, uvas, citricultura, etc., que fomentavam espaços jornalísticos, congressos exposições de produtores, criações de órgãos de classe, para defenderem seus interesses, e definições governamentais afins.

Neste trabalho, procuraremos demonstrar esta recomposição de forças, a partir do debate e iniciativas com base na triticultura, durante a República Nova no Rio Grande do Sul.

2 — BREVE HISTÓRICO

Ao final do período colonial do Brasil, imigrantes açorianos estabeleceram-se nos arredores de Porto Alegre, como médios proprietários (recebiam em base 352 a 279 hectares de terra). Em pouco tempo, já produziam excedentes de trigo, que eram exportados, principalmente, para Portugal. No Início do século XIX, questões de ordem política e de produção como a ferrugem, atrofiaram a triticultura açoriana, determinando sua quase completa eliminação.

Com a chegada dos alemães seguidos mais tarde dos italianos, o trigo voltou a ser produzido, ainda que a níveis de subsistência, pelo minifundiário, uma vez que persistiam as pragas e as dificuldades de adaptação climática e de solo das variedades ou tipos utilizados.

Dois anos antes da Revolução de 30, as autoridades nacionais preocupavam-se com as importações de mais de 30.000 contos anuais de trigo em grão e farinha. Diante desta constatação, especialmente paradoxal para o Rio Grande do Sul, que já havia sido grande exportador, Getúlio Vargas, quando no poder executivo do Estado, iniciou campanha a fim de dinamizar a produção local de trigo e elevar o Rio Grande do Sul à condição de «celeiro de trigo para o consumo do Brasil». O governo estadual determinava preço tabelado por trigo tipo exportação, comprando o que estivesse sem comprador. Instalou uma Estação Experimental e reestruturou outras duas, ampliando condições para pesquisar adequadas variedades de sementes ao cultivo. Compromete-se a construir e reconstruir estradas de rodagem para escoar a produção até as estradas ferroviárias, agilizando os transportes, extinguiu impostos e taxas de exportações e reduziu 50% nos fretes ferroviários.

Durante a República Nova, o trigo continuou a receber incentivos, muitas vezes contraditórios, como veremos a seguir. Como resultado, o Rio Grande do Sul aproximou sua produção tritícola a um milhão de toneladas anuais na década de 1950, colocando-se como a maior produção local e ocupando 10% da área cultivada (principalmente na região serrana).

3 — A PRODUÇÃO DE TRIGO DE 1931 A 1937

Observando-se as quantidades de trigo produzidas no Rio Grande do Sul durante a República Nova, verifica-se nenhuma expansão, se comparado com os resultados antes mesmo da campanha de Getúlio Vargas, enquanto Presidente do Estado. Se em 1926 eram produzidas 108.560 toneladas, se em 1929, ano imediatamente posterior ao da campanha getulista, produziam-se 121.300 toneladas e, em 1937, colhiam-se 118.650 toneladas, e de notar a estagnação, apesar dos agitados debates. Se em 1928 a área plantada era da ordem de 117.180 hectares, e em 1927 de 125.304 hectares, os resultados continuam distanciados do plano de idéias. Mesmo que as cifras encontrem pequenas discordâncias em várias fontes, a realidade mantinha-se estacionária.

Por outro lado, o consumo brasileiro andava por um milhão de toneladas anuais, se o Rio Grande do Sul produzia 90% da produção nacional, é lógico constatar a perpetuação da dependência brasileira aos fornecedores estrangeiros, principalmente a Argentina (83%).

Os entraves à expansão estiveram na indefinição de uma ou mais variedades de sementes adaptáveis ao Rio Grande do Sul ou às suas diferentes regiões. Além disto, pragas sistemáticas continuavam demonstrando a pouca resistência do trigo cultivado. Na Estação Experimental Fronteira, em Bagé, depois de muitos estudos com o trigo de tipo «Artigas», utilizado na Argentina e no Uruguai, conseguiram duas variedades, chamadas de «Fronteira» e «Surpresa», que não encontravam espaço físico para sua produção, face as grandes propriedades pecuarista da zona estarem descapitalizadas para o cultivo e não ser adaptável climaticamente à zona colonial e Vale do Uruguai.

Outras vezes, secas em plena estação de primavera, como aconteceu em 1934, reduziam a produção pela metade, apesar de, durante a sementeira.

estarem fazendo prognósticos de duplicar as colheitas.

Estes e outros problemas, como aparelhos rudimentares de defesa agrícola, incapazes de ações decisivas e enérgicas, poucas verbas oficiais para pesquisa e ausência de facilidades creditícias (Renato Costa era o principal crítico da época) reduziam a expansão da triticultura no Rio Grande do Sul.

4 — DUAS ALTERNATIVAS PROPOSTAS

Antes de analisarmos o papel das Estações Experimentais, os governos estadual e federal e os moinhos na lavoura de trigo gaúcha, caberia destacar duas alternativas que bem representam constantes contradições e falta de objetividade no conjunto do debate. A primeira, além de fantasiosa para a época, estava alicerçada em interesses duvidosos, enquanto que a outra não encontrava condições práticas de desenvolvimento diante da precária estrutura de produção de então.

À estrutura minifundiária de produção, neste período, na zona colonial e Vale do Uruguai, correspondiam 100.470 toneladas das 144.420 produzidas em 1930. Esta perspectiva não se alterou muito até 1937, apesar dos reclames de alguns setores que procuravam mostrar inconveniências da pequena propriedade no Rio Grande do Sul e defendendo incentivos ao desenvolvimento da cultura na zona da fronteira e Serra Herval, em grandes propriedades. Os defensores desta posição, liderados por Gaspar Uchôa, diretor da Secção de Agricultura da Diretoria de Agricultura, Indústria e Comércio, alegavam que as condições naturais da zona colonial, quase impossibilitando o uso de maquinaria, face seus declives e dificuldades de ampliar estradas para escoamento da produção, dificultavam a expansão da triticultura.

Segundo ele, deveriam ser tomadas «providências político-administrativas», aproveitando as regiões «mais aptas» do Rio Grande do Sul ao cultivo do trigo, instituindo o crédito agrícola, ampliando técnicas de melhoramento das sementes, criando novas variedades, aperfeiçoando o processo de cultivo e assistindo diretamente aos agricultores. Uchôa, em 1933, pregava um plano de colonização dos latifúndios da fronteira e Serra Herval, em que 16.000 lotes em 425.000 hectares, ficando uma reserva de 1.000 glebas para sede do povoado, estadas, etc., associadas a assistência creditícia e técnica, resolveriam o problema e triplicariam a produção gaúcha em poucos anos. O governo deveria povoar 2.400 a 3.000 lotes por ano, arrecadando, ao final, 160.000 contos, com uma margem de lucro de 60.000 contos sobre o valor primitivo da terra.

O plano de Gaspar Uchôa conseguiu, se não levado a efeito, ao menos provocar discussões na época. Como alternativas, começou-se a dar preferência pela colonização extra-oficial, tendo em vista que o governo estadual não dispunha de capacidade financeira para oficializar o empreendimento. Por isto, competiria ao executivo do Rio Grande do Sul, muito mais do que aconselhar o fracionamento das grandes propriedades, incentivar a venda de lotes de aproximadamente 25 alqueires, respaldada em benefícios de isenção do

imposto de transmissão «inter-vivos», tornando menos onerosa a compra e venda.

É óbvio que as sugestões mirabolantes de Uchôa não foram um ato isola-

do. Até que ponto, sendo ele um técnico do aparelho estatal estaria representando os interesses dos mecanismos decisórios de poder? Além disto, se haveria lucratividade neste empreendimento, até que ponto os interesses dos pecuaristas da região eram beneficiados ou prejudicados? Certamente que, mesmo que esse tipo de solução fosse considerado mais viável, havia uma preocupação de deslocar o pólo triticultor da região serrana para a zona pecuarista, em franco processo de desativação e a procura de novas alternativas de capitalização. Estas e muitas outras interpretações continuam em aberto para os pesquisadores.

Dois anos antes de Gaspar Uchôa expor idéias, surgiu outra alternativa, a qual não provocou os «acalorados debates» vistos acima. Em maio de 1931, em artigo de Geraldino Silveira, técnico agrônomo, era sugerida a adequação concomitante da cultura de trigo e de linho, corrigindo dificuldades oferecidas pelo vento ao primeiro. Demonstrava o sucesso atingido na Argentina e salientava não só a importância de produzir mais trigo, como também ampliar a cultura do linho, do qual o Brasil dependia drasticamente de importações. Seguindo os dados de Silveira, da Argentina esta combinação de culturas resultava em 62,2% de trigo, 35,2% de linho e 2,6% de restolhos. Esquecia-se, no entanto, que o estágio de produção em que a lavoura tritícola gaúcha, como de resto as condições precárias de incentivos oficiais, não comportam técnicas mais avançadas, ainda que benéficas.

5 — ESTAÇÕES EXPERIMENTAIS E A TRITICULTURA

Eram três as Estações Experimentais que atuavam no decorrer do período 1930-1937. Duas haviam sido criadas pelo governo federal nas primeiras décadas do século XX: a Estação Experimental das Colônias, em Alfredo Chaves, e a Estação Experimental das Missões, em São Luiz Gonzaga. Em 1929, ambas foram cedidas ao governo estadual, que, no mesmo ano, criou a Estação Experimental da Fronteira, em Bagé, trazendo técnicos estrangeiros, como o sucoo Ivan Beckmann. Suas experimentações não estiveram restritas à triticultura, mas atingiam ao setor pecuário, o que reduz especificidades em suas pesquisas.

As Estações Experimentais competia obter novas variedades de sementes aclimatadas, livres de impurezas, e ensinar aos colonos quanto à semeadura, colheita e beneficiamento. Um de seus maiores obstáculos era desenvolver a idéia de que os melhores grãos deveriam ser recolhidos para a próxima semeadura, ao contrário de colocá-los no mercado e utilizar os piores como sementes. Acontecia de distribuir boas sementes aos colonos e estes, ao invés de semeá-las, vendiam no mercado como se fosse sua produção. Está claro que este tipo de comportamento por parte do produtor liga-se a sua debilidade e a conseqüente necessidade de acumular, ainda que de forma imediatista.

As Estações Experimentais contavam com poucas verbas oficiais e seu número e localizações não correspondiam às necessidades. Constantemente eram reclamadas novas instalações, ampliações das existentes, a não ser a proposta de Alberto Lopes da Silva, diretor da Estação Experimental da Fronteira, que, em 1936, pedia o fechamento da Estação Experimental das Missões, alegando resultados negativos. Mas, se, em 1937, somente em São Luiz Gonzaga produziram-se 1.720 toneladas e cifras até mesmo superiores nos municí-

pios vizinhos, e, em Bagé, colheram-se 600 toneladas, existiam interesses mais fortes que os determinados por Alberto L. da Silva. Afora esta questão, ele pedia pela reorganização das Estações, criação de outra, na Serra, próxima a Cruz Alta, Passo Fundo (10.300 toneladas e o segundo maior município produtor), Erechim (11.200 toneladas, o primeiro produtor) e Guaporé (7.450 toneladas). Pedia melhores terras para as pesquisas, melhores instalações, laboratórios com aparelhos indispensáveis e pessoal técnico de nível mais elevado. Em abril de 1937, Annibal Di Primio Beck, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, prometia o estabelecimento de mais quatro Estações: em Passo Fundo, Encruzilhada do Sul, Júlio de Castilhos e Vacaria. Ao final da República Nova, os mecanismos decisórios de poder sensibilizar-se pela necessidade de pesquisas e experimentações, mesmo porque a conjuntura internacional pré-Segunda Guerra Mundial conduzia a política econômica nacional para o suprimento interno a partir de produções nacionais.

A Estação Experimental da Fronteira conduzia o debate em muitos momentos e, em 1936, fazia sugestões como a instalação, na zona colonial, de dois ou três postos de classificação e imunização de sementes. Pedia maior assistência aos produtores, nomeando uma inspetoria triticola e facilitando a aquisição de máquinas. Solicitava organização de campos de multiplicação, escolhendo agricultores de reconhecida capacidade para agilizar o trabalho das Estações Experimentais. Considerava premente um controle comercial, padronizando os produtos e fiscalizando junto aos moinhos, incentivando aqueles que utilizassem trigo nacional.

Elas, ainda que assumindo posturas contraditórias, mantinham perspectivas de solução dos problemas da lavoura triticola e podem ser consideradas como fortes agentes que determinaram a expansão da produção em anos subsequentes.

6 — RELAÇÕES ENTRE OS AGRICULTORES, GOVERNO E MOINHOS

A partir da campanha do trigo, patrocinada por Getúlio Vargas, existiam mais de 100 moinhos espalhados e próximos às lavouras no início dos anos de 1930. Apesar da multiplicidade de estabelecimentos, desde cedo a concentração foi uma constante. Em maio de 1931, a S.A. Moinhos Rio-grandenses adquiria o moinho de propriedade de Reichmann e Irmãos, de Erechim, e cogitava instalar moinho em Passo Fundo e outros municípios para concorrer com os já estabelecidos.

Os moinhos foram os grandes beneficiados pelo debate e campanhas oficiais e extra-oficiais do trigo. Procuravam contratos com os agricultores, distribuíam as sementes, estabeleciam os preços e davam instruções de plantio. A A.A. Moinhos Rio-grandenses fornecia, gratuitamente, até mesmo livros, como o «ABC do Agricultor».

Em setembro de 1931, fundaram o Sindicato dos Moleiros, tendo à frente aristides Germani, de Caxias do Sul. Através de seu Sindicato e da Federação Rural, reclamavam pela falta de campos experimentais e de ensinamentos aos colonos, ou pela extinção de impostos municipais sobre a produção, ou, ainda, alegando que o incentivo governamental não deveria restringir-se a prêmios, mas na redução de 50% nos fretes ferroviários. Dal Molin, do Moinho Esperança, estabelecido em Porto Alegre, observava a euforia, mas registrava poucas definições pelo trigo nacional. Dirigiam-se ao público constantemente,

exigindo soluções para o agricultor nacional, mas retraíam quando os preços da matéria-prima não lhes agradava.

Apoiavam a importação de trigo em grão, sem deixar de tecerem elogios à qualidade do trigo nacional, que já vimos antes estar indefinida. Por outro lado, repeliam decisões governamentais que favorecessem a entrada de farinha estrangeira no mercado. Exemplo característico foi o acordo firmado pelo governo brasileiro de troca de café por trigo norte-americano em 1931. O Sindicato dos Moleiros sente-se beneficiado, mas alerta pelos prejuízos ao produtor do trigo nacional, que abandonavam suas culturas e, futuramente, aceleraria a dependência externa pelo fornecimento de trigo em grão, prejudicando seus interesses de indústrias diante da redução da concorrência. Em contrapartida ao acordo com os Estados Unidos, o governo federal taxou mais alta a importação de farinha e outros produtos beneficiados do trigo. O Rio Grande do Sul, que importava 10.884 toneladas de farinha no ano anterior, reduziu em cinco vezes suas importações com esta nova disposição alfandegária.

A supremacia do setor industrial do trigo reflete a expansão do setor secundário na era de Vargas. Num Brasil importador de nove décimos do trigo necessário ao seu consumo, os moinhos exportavam beneficiamentos da matéria-prima, como o farelo de trigo, em quantidades bastante representativas (média anual de mais ou menos 70.000 toneladas entre 1930 e 1934).

Com a exportação sistemática de farelo de trigo, em fevereiro de 1936, a Sociedade Nacional de Agricultura enviou memorial ao Conselho Federal de Comércio Exterior, do Ministério da Fazenda, expondo razões que demonstravam estas exportações como prejudiciais à pecuária nacional, principalmente a avicultura, que utilizava o farelo de trigo na alimentação dos animais. Observe-se a reação de setores pecuaristas, utilizando a avicultura, para reduzir a taxa de lucro auferido pelo setor moageiro, cujo maior número encontrava-se no Rio Grande do Sul. O memorial da Sociedade Nacional de Agricultura surtiu efeito e, três meses depois, o governo federal baixou decreto (nº 803, de 8 de maio de 1936), reduzindo direitos de importação de farinha de trigo. A reação dos moageiros foi imediata: Arthur Ferros, do S.A. Moinhos Rio-grandenses, Gustavo Oppenheimer, do S.A. Moinhos Uruguaiana, e Dal Molin, do Moinho Esperança, levaram memorial do Sindicato dos Moageiros ao intendente federal, Flores da Cunha, expondo o prejuízo de seus interesses, estendendo os mesmos aos produtores do trigo nacional, à indústria têxtil que fabricava os sacos de algodão para acondicionamento de farinha, as empresas de navegação e transportes em geral e até mesmo para o operário, direta ou indiretamente envolvidos na produção de farinha.

Observe-se os comportamentos dos industriais do trigo. Diante do acordo «café brasileiro por trigo norte-americano», enfatizam seus benefícios alertando para problemas futuros de seus interesses. Quando a importação de farinha foi incentivada pelo governo federal, passaram ao enfrentamento direto. Não surtindo efeito imediato suas reivindicações, eles passaram a cooptar os agricultores. Em novembro do mesmo ano, reúnem-se com seus fornecedores de trigo no Rio Grande do Sul e passam a discutir a criação de um Instituto do trigo, procurando oficializá-lo.

Os objetivos do Instituto seriam: a) proteger o cultivo nacional; b) proteger a indústria do trigo nacional; c) eliminar os trustes e fiscalizar a importação do trigo estrangeiro e limitá-lo ao máximo; d) proteger a moagem da farinha in-

tegral e obrigar os moinhos a moer o trigo nacional mediante taxas pré-estabelecidas pelo Instituto; e) proibir contratos de compra do trigo nacional; f) dividir o Rio Grande do Sul em delegacias, de acordo com a situação dos respectivos moinhos, para protegê-los.

A reação não ficou somente na criação do Instituto do Trigo, mas, através da Federação Rural, constituíram a Junta Pró-Trigo, a qual enviou documentos a todos os municípios do Rio Grande do Sul, sugerindo o registro dos produtores para aquisição de suas sementes, promovendo a instalação de campos de multiplicação de boa semente, incentivando a criação de associações de produtores para defenderem seus interesses, criação de «Semanas do Trigo» por municípios, zonas ou regiões e a promoção de melhoramentos de estradas carroçáveis. Antes da colheita que se aproximava, enviavam sugestões aos agricultores quanto à ceifa, secagem, conservações e expurgos de grãos defeituosos.

A criação do Instituto e da Junta Pró-Trigo foi incentivada pelo governo Flores da Cunha, uma vez que este se encontrava em atrito com o governo federal. Ressalte-se, na reação dos industriais do trigo, o respaldo de legitimação buscado nos agricultores. Mais uma vez mantinham a lavoura atrelada a seus interesses.

A submissão do agricultor ao moageiro foi uma constante na década de 1930. Quando a produção de trigo baixava, a exemplo das safras de 1933 e de 1934, devido a secas, quando o preço da matéria-prima poderia ser melhor negociado, os moageiros dirigiam-se ao Ministério da Viação pedindo redução de 50% nas tarifas ferroviárias para trigo em grão e farinha. A oportunidade de uma maior acumulação de capital para o agricultor era logo minimizada diante da dominação exercida pelo industrial.

7 — CONCLUSÃO

A lavoura triticola, no Rio Grande do Sul, apresentou contradições que iniciam pela condição de exportador no período colonial para importador na República Velha. Associando-se a forte dependência do fornecimento de matéria-prima e as debilidades do setor pecuarista gaúcho, entende-se o incentivo governamental e o debate ao longo da República Nova. A perspectiva de transformar o Rio Grande do Sul em «celeiro de trigo consumido no Brasil» só foi solucionado duas décadas após, isto porque a lavoura do trigo debatia-se entre promessas oficiais, contraditórias em muitos pontos e a dominância exercida pela indústria de transformação do produto primário.

Os governos federal e estadual procuravam incentivar a produção utilizando fundamentalmente organismos de pesquisas e experimentações, mas a falta de verbas atrofiavam a expansão da lavoura. Assim mesmo, ainda que de forma precária, as Estações Experimentais realizam pesquisas com o objetivo de resolver a questão de tipos adequados climática e geologicamente ao Rio Grande do Sul, além de aconselharem os agricultores com métodos mais racionais de cultivo.

Entretanto, o estremecimento das relações políticas entre governo federal e estadual, ao final da República Nova, acarretou comportamentos prejudiciais ao agricultor, demonstrando que o trigo disputava, mas não controlava, com outros produtos os mecanismos decisórios de poder.

Aos moinhos coube a condução do debate e os frutos do incentivo dado

à triticultura. Mantinha seus interesses em dominância, determinando preços e apoiando a importação de trigo em grão, ou reagindo e cooptando os agricultores quando disposições político-administrativas lhes prejudicavam.

Até 1937, foram reduzidos os resultados práticos para a lavoura. Tipos aclimatados ainda não haviam sido definidos. Ao final da década de 1940, condições objetivas, calcadas num processo histórico de discussões, avanços e contramarchas, responderiam pelos objetivos propostos por Getúlio Vargas antes e depois da Revolução de 30.

Bacharel em História pela UFRGS — Professor no Colégio Mauá — POA, RS.

BIBLIOGRAFIA

- CORREIO DO POVO, Porto Alegre, jan. 1930 a dez. 1937.
 ANAIS DO IV Congresso Rural, Porto Alegre, FARSUL, 1930.
 ANAIS DO VII Congresso Rural. Porto Alegre, FARSUL, 1934.
 ANAIS DO X Congresso Rural. Porto Alegre, FARSUL, 1937.
 DACANAL, José Hildebrando e Gonzaga, Sergius. RS: economia e política. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979.
 KOCH, Adolar. O processo gaúcho de industrialização na República Nova. Porto Alegre, UFRGS, 1979. (Dissertação de Especialização).
 LOVE, Joseph. O regionalismo gaúcho. São Paulo, Perspectiva, 1975.
 PRUNES, Lourenço M. O trigo. Porto Alegre, s.e., 1939.
 SCHILLING, Paulo. O trigo. Rio de Janeiro, MEC-ISEB, 1959.
 ———. Crise econômica no Rio Grande do Sul: a crise agropecuária. Porto Alegre, DIFEL, 1961.